

ANÁLISE DO DESEMPENHO SOCIAL DAS EMPRESAS LISTADAS NO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) EM 2019

MARIANA PINHEIRO AGUIAR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

CELIA MARIA BRAGA CARNEIRO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ANÁLISE DO DESEMPENHO SOCIAL DAS EMPRESAS LISTADAS NO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) EM 2019

1 INTRODUÇÃO

Vive-se, atualmente, em um cenário no qual a interação e a interdependência das economias são crescentes, do âmbito internacional ao local, por meio das tecnologias disponíveis para transações econômicas. Neste cenário, nas organizações, a reputação corporativa vem sendo considerada um dos fatores relevantes na agregação de valor, propiciando um diferencial competitivo essencial nesse contexto de globalização e acirrada concorrência. A construção e a preservação de uma reputação corporativa estão diretamente associadas à gestão da sustentabilidade, considerada um elemento estratégico na valorização econômica das entidades, capaz de orientar investimentos e de desenvolver tecnologias aptas a manter o crescimento do negócio em longo prazo, suprimindo as necessidades atuais e futuras das gerações (Cardoso, 2013).

Neste momento de mudanças e catástrofes ambientais, esgotamento dos recursos naturais e crise econômica, algumas entidades percebem a importância das relações éticas com os *stakeholders* e integram as dimensões econômica, social e ambiental à missão, à visão e aos valores da empresa. A implementação da Responsabilidade Social e Ambiental (RSA) em uma entidade exige uma postura ética que aprimorará sua reputação por meio de uma evolução de indicadores que atendam as partes interessadas (Cardoso, 2013).

Apesar da não obrigatoriedade da divulgação das práticas de Responsabilidade Social e Ambiental, algumas empresas vêm realizando, de forma voluntária, a divulgação contínua, utilizando indicadores internacionais e/ou nacionais que atendam o seu modelo de gestão. Dependendo dos *stakeholders* prioritários selecionados pelas empresas, estas podem também realizar auditoria externa nos seus Relatórios de Sustentabilidade com a finalidade de fidelizar e atrair novos investidores que lhes garantam lucratividade e continuidade. Portanto, é de grande relevância conhecer as práticas sociais e ambientais nos diversos setores em que atuam as empresas listadas no ISE, por ser referência no mercado de capitais brasileiro (Cardoso, 2013; Di Domenico et al., 2015; Ambrozini, 2017).

O ISE foi criado em 2005, como uma ferramenta de análise de desempenho das empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o aspecto da sustentabilidade. O ISE é fundamentado em: eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Dessa forma, diferencia as empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas e, natureza do produto. Além de permitir uma avaliação do desempenho empresarial em sete dimensões: Econômico-financeira, Social, Ambiental, Geral, Mudanças Climáticas, Governança corporativa e Natureza do produto (Marcondes & Bacarji, 2010).

Por se tratar de um elemento essencial nas entidades, pela complexidade de avaliação e mensuração, e por atualmente ser uma dimensão que ainda tem muito a evoluir, o objeto de estudo desta pesquisa é a dimensão Social das empresas listadas no ISE, em 2019. Essa dimensão visa identificar a capacidade de relacionamento das companhias com os diversos segmentos da sociedade que podem sofrer impacto com o exercício de suas atividades, buscando que todas as pessoas, sem distinção, tenham condições humanas de boa qualidade necessárias para uma vida digna. O objetivo é melhorar a qualidade de vida da população, reduzindo a distância entre os diversos padrões de vida da sociedade atual.

Dessa forma, em harmonia com os direitos humanos e a democracia serão analisados os critérios: condições de trabalho; respeito aos direitos humanos e aos direitos do consumidor; valorização da diversidade; combate à discriminação; atuação responsável positiva em cadeias de suprimentos e em territórios ou comunidades influenciados pela

companhia; e as práticas de transparência e diálogo com as partes interessadas (ISE, 2019). Portanto, define-se como problema de pesquisa: Qual o Nível de Desempenho Social (NDS) das empresas que compõem a carteira do ISE, em 2019?

Para responder ao problema, a pesquisa tem como objetivo geral identificar e analisar o desempenho social das empresas que compõem a carteira do ISE, em 2019. E, como objetivos específicos: i) contextualizar RSC no mercado de capitais; ii) apresentar a relação da Teoria da Legitimidade com o desempenho social das empresas; e iii) descrever o perfil social das empresas listadas no ISE, em 2019.

Metodologicamente, a pesquisa é descritiva, qualitativa e quantitativa, e tem como objeto de estudo o desempenho social das empresas listadas no ISE, na B3 S.A. (Bolsa, Brasil, Balcão), em 2019. Utiliza o método científico dedutivo, com fundamento na Teoria da Legitimidade. Os delineamentos bibliográfico e documental foram utilizados para a elaboração do referencial teórico e o estudo dos questionários da amostra. A coleta de dados foi realizada com a técnica de análise de conteúdo nos questionários do ISE publicados no *site* da B3, e a análise de dados utilizou a análise descritiva para apresentar o perfil social da amostra, e a estatística descritiva e a Análise de Correspondência (ANACOR) para analisar o Nível de Desempenho Social (NDS) das empresas, individualmente e por segmento.

A pesquisa está estruturada em cinco seções. A primeira é a introdução, que apresenta o tema, o problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos do estudo. Na segunda seção, encontra-se o referencial teórico, tratando da Responsabilidade Social Corporativa e o mercado de capitais, e a sua relação com a Teoria da Legitimidade na divulgação da RSC, além de tratar de alguns estudos anteriores. A terceira seção trata sobre a metodologia adotada para a realização da pesquisa. A quarta analisa os resultados e interpretação dos dados. Por fim, a quinta seção, apresenta as conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e o mercado de capitais

A análise evolutiva mostra que a Filantropia deu origem à RSC. A primeira tem conceitos pré-estabelecidos desde o século XVIII, e a principal característica é a realização de ações sociais isoladamente, sem nenhuma relação com o modelo de gestão e a imagem da empresa e o seu planejamento estratégico, atuando em situações pontuais sem a finalidade de mudar realidades sociais, portanto sem um público definido (Carroll & Shabana, 2010).

Quanto às discussões sobre Responsabilidade Social tiveram início na década de 70, no século XX, se referindo a ações vinculadas à estratégia empresarial que vêm se ampliando até os dias atuais. Representa a relação socialmente compromissada da empresa com seus *stakeholders* prioritários. Trata-se do impacto das ações da empresa sobre o ambiente, preconizando que possuem deveres éticos para com a comunidade/sociedade, além das obrigações econômicas, legais ou contratuais. Em relação à divulgação dos compromissos de Responsabilidade Social deve existir transparência ética e justiça na atuação da empresa objetivando a multiplicação das iniciativas sociais (Santos, 2003).

Houveram muitas tentativas para estabelecer uma definição ou conceito para a RSC. No entanto, os estudos sobre o tema ainda não chegaram a um consenso em relação ao seu conceito, definição e escopo. A Responsabilidade Social pode se referir às atividades voluntárias das empresas, que vão além do cumprimento de leis, com vistas a promover um bem estar social, atividades estas que dizem respeito aos resultados ambientais, sociais e econômicos. Além disso, as partes essenciais para a definição de RS incluem a comunidade, o meio ambiente, direitos humanos e tratamento de empregados. Dessa forma, existe a forte influência dos *stakeholders*: investidores, consumidores, comunidade e

empregados. Logo, a RS cumpre o compromisso das empresas em contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, estando diretamente associada à participação no Mercado de Capitais, sendo então nomeada de Responsabilidade Social Corporativa (Degenhart et al., 2017).

O conceito de RS do Instituto Ethos, dá ênfase às relações éticas e à transparência. Neste caso, está relacionada ao compromisso dos empresários, tratando diretamente da cultura empresarial, sendo conhecida como Responsabilidade Social Empresarial (Instituto Ethos, 2007).

Para o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o exercício de responsabilidade é pautado pelo fornecimento de informações que sejam relevantes, acessíveis e exigíveis por colaboradores, a comunidade onde atua, os investidores e o governo. É norteado pela edificação de uma democracia inclusiva, política e, ao mesmo tempo, social, com relações e processos democráticos, justos e sustentáveis, considerando a perspectiva de que sejam garantidos à sociedade os direitos humanos, sem discriminações ou desigualdades. Dessa forma, a ênfase está na sociedade e no meio ambiente sendo nomeada por Responsabilidade Social Ambiental (Ibase, 2008).

A motivação dos empresários para a gestão orientada pela Responsabilidade Social Corporativa advém do fato de acreditarem que empresas com práticas ambientais e sociais que divulgam essas informações sinalizam menor risco socioambiental e, conseqüentemente, menores custos regulatórios futuros. Logo, as empresas que fazem a divulgação de informações de Responsabilidade Socioambiental têm uma reação positiva do mercado de capitais. Alguns outros efeitos positivos da adoção de práticas de RSC seriam o aumento do valor da empresa, a construção de uma boa imagem e o fortalecimento da relação com os *stakeholders* (Degenhart et al., 2017).

Por ser mais abrangente, a definição a ser utilizada nesta pesquisa será a de Carroll (1979, p. 499), que conceitua: "A responsabilidade social dos negócios abrange as expectativas econômicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem das organizações em um determinado momento." (tradução livre).

Entretanto, o debate teórico sobre Responsabilidade Social também apresenta visões antagônicas a respeito do impacto de desempenho socioambiental no resultado econômico da empresa. Há a ideia de que essas práticas apenas geram custos às empresas, que nunca terão os seus recursos investidos recuperados, representando desvios financeiros. Segundo Friedman (1970, p.126), "[...] existe uma e apenas uma responsabilidade social dos negócios - usar seus recursos e se envolver em atividades destinadas a aumentar seus lucros, desde que permaneçam dentro das regras do jogo, ou seja, se envolver em competição aberta e livre, sem engano ou fraude [...]" (tradução livre).

Por outro lado, outros pesquisadores argumentam que o princípio de maximizar a riqueza dos acionistas não é o único interesse empresarial. Logo, as empresas têm que pensar não apenas sobre os lucros, mas também sobre colaboradores, clientes e público em geral. As empresas devem adotar medidas que garantirão sua viabilidade a longo prazo, adotando em seu modelo de gestão o conceito de Desenvolvimento Sustentável, aplicando práticas de Responsabilidade Socioambiental, instigando a Sustentabilidade, para assim promover uma imagem positiva para os *stakeholders*. Além disso, com a adoção de tais práticas, as empresas antecipam a intervenção do governo, à medida em que se policiam com padrões autodisciplinados. Dessa forma, é mais prático e menos dispendioso prevenir do que corrigir os problemas sociais e ambientais promovidos pela atividade ocupacional da empresa (Carroll, 1991; Carroll & Shabana, 2010; Barakat et al., 2016).

Apesar do impasse de pesquisadores em relação aos resultados do impacto da RSC no desempenho econômico das empresas, é fato que o Mercado de Capitais está exigindo dos negócios maior transparência sobre ações baseadas no desenvolvimento sustentável,

baseando-se na Responsabilidade Socioambiental. Portanto, as empresas não devem avaliar suas atividades somente por medidas financeiras, devendo incluir a ética empresarial, a responsabilidade social e o seu desempenho ambiental, que impactam nos fluxos de caixa futuros da empresa. As empresas devem gerar desenvolvimento econômico com desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, RSC (Carroll & Shabana, 2010; Barakat et al., 2016).

Por conseguinte, a construção de ferramentas, como índices e indicadores, para o acompanhamento do desempenho das empresas que adotam o modelo sustentável é muito relevante para conquistar novos investidores (Beato et al., 2009).

No contexto de Sustentabilidade, os indicadores tradicionais de crescimento da economia, como o Produto Interno Bruto (PIB), passaram a ser questionados por não incluírem aspectos ambientais e sociais. Portanto, a necessidade de monitoramento de práticas sustentáveis despertou nas empresas o interesse pela publicação de relatórios socioambientais com a utilização de indicadores específicos capazes de divulgar suas ações às partes interessadas. Entretanto, não existe um padrão a ser seguido na elaboração desses relatórios que têm como base diversos modelos, destacando-se o modelo internacional do *Global Reporting Initiative* (GRI), publicado de forma voluntária (Beato et al., 2009). O acompanhamento microeconômico é importante para a construção da análise macroeconômica.

Tendo em vista esta não padronização, para a mensuração do desempenho sustentável das entidades, algumas bolsas de valores criaram índices específicos de sustentabilidade. A primeira foi a Bolsa de Valores de Nova Iorque que, em 1999, lançou o *Dow Jones Sustainability Index*. Em seguida, foi a Bolsa de Londres que, em 2001, disponibilizou o *FTSE4Good*. Logo após, a terceira foi a Bolsa de Johannesburgo, em 2004, com o *JSE SRI Index*. A quarta foi a Bolsa de Valores de São Paulo, com o lançamento do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), em 2005 (Beato et al., 2009).

O ISE então surgiu como uma resposta à demanda do mercado brasileiro para adaptar-se aos padrões éticos e ambientais internacionais. Por não possuir amparo nacional em termos de desempenho sustentável, crescia o número de grandes empresas brasileiras que colocavam seus papéis para serem negociados na Bolsa de Nova Iorque. Portanto, era nítido que existia um número crescente de investidores interessados em retorno de investimentos sociais e ambientais a longo prazo, e a BOVESPA teria que abranger essa nova exigência de maior transparência e melhores controles, tanto nas operações de mercado quanto na gestão das empresas (Marcondes & Bacarji, 2010).

Para participar da composição da carteira do ISE, é necessário: i) a empresa estar com suas ações, entre as 150 mais negociadas na bolsa nos 12 meses anteriores à avaliação; ii) as ações devem ter sido negociadas em, pelo menos, 50% dos pregões no mesmo período; e iii) as ações devem atender aos critérios referendados pelo Conselho do ISE. Além disso, as empresas que estiverem em processo de recuperação judicial, falimentar, situação especial ou em suspensão de negociação de suas ações por um período prolongado não podem integrar o ISE (Marcondes & Bacarji, 2010).

Conclui-se então, que participar de Índices de Sustentabilidade é fazer parte do modelo a ser seguido, geralmente apresentando resultados superiores em consequência do modelo de gestão sustentável. Segundo Cardoso (2013), a Responsabilidade Socioambiental além de aliviar as preocupações sobre condutas negativas pode melhorar a marca e a reputação das empresas.

2.2 A reputação corporativa e a teoria da legitimidade na divulgação da RSC

A partir da constituição de uma boa imagem da empresa de que esta investe em ações que têm por objetivo intervir positivamente na qualidade de vida da comunidade, da

sociedade e do meio ambiente, de forma que transmita confiança aos usuários da informação, sustenta-se a expectativa de compromisso ético nas suas operações. Portanto, as empresas precisam, além de praticar ações responsáveis em termos sociais e ambientais, evidenciá-las por meio de relatórios físicos e/ou eletrônicos, mostrando como estão investindo nas práticas sociais e ambientais e o quadro evolutivo de transformação socioambiental gerado (Macêdo et al., 2011; Cardoso, 2013).

A divulgação das práticas socioambientais pode favorecer os interesses de gestores e membros da administração, além de contribuir para melhoria da percepção da imagem institucional da empresa, pois demonstra respeito e preocupação com o meio ambiente e a comunidade em que estão inseridos. Neste contexto, destaca-se o conceito de reputação corporativa, que se refere à capacidade de uma empresa atender as expectativas de vários *stakeholders* por meio de critérios socialmente construídos e legitimados, sendo representada pela imagem desejada e associada à empresa, assim como pela sua identidade, baseando-se na Teoria da Legitimidade (Macêdo et al., 2011; Cardoso, 2013).

Dessa forma, a divulgação das informações sociais e ambientais para algumas entidades consiste em uma forma de legitimar sua atividade, dando a conhecer suas práticas em matéria de responsabilidade socioambiental, tornando a atividade mais confiável (Eugénio, 2010). Contudo, a reputação corporativa é um produto do processo competitivo, onde a firma publica suas características diferenciais para o público (tanto interno como externo à empresa), visando assim o seu *status* moral e socioeconômico (Cardoso, 2013).

Nesse sentido, as informações divulgadas no questionário da Dimensão Social do ISE tem muita importância, pois as companhias que estabelecem e mantêm um relacionamento positivo com os seus *stakeholders* serão mais bem aceitas pela sociedade.

A seguir serão apresentados alguns estudos sobre o tema Responsabilidade Social e desempenho econômico, tanto no âmbito nacional, como no internacional, destacando-se estudos com empresas listadas no ISE.

2.3 Estudos anteriores

No contexto internacional, as pesquisas sobre desempenho sustentável e econômico são recorrentes (Barakat et al., 2016). Nos Estados Unidos da América (EUA), Christmann (2000) realizou um estudo com o objetivo de verificar a relação entre as práticas de gerenciamento socioambiental e a redução de custos e vantagens competitivas. A pesquisa foi realizada com 88 empresas químicas, em 2000, e mostrou que em geral as práticas de gestão ambiental não levam a uma vantagem de custo para todas as empresas.

King e Lenox (2001) investigaram 652 empresas americanas de manufatura durante o período de 1987 a 1996. Objetivavam descobrir se o desempenho socioambiental realmente levava a melhorias no desempenho econômico, ou se a relação observada seria resultado de algum outro atributo subjacente. Concluíram que existe associação entre menor poluição e maior valorização financeira, mas não puderam provar a causalidade.

Nos estudos nacionais, Barakat et al. (2016), com o objetivo de testar se empresas consideradas sustentáveis apresentam retornos financeiros superiores aos das demais empresas da Bolsa de Valores de São Paulo, analisaram as empresas presentes nas carteiras ISE de 2005 (ano de criação do índice) a 2015. Os resultados encontrados mostram evidências da superioridade da carteira do ISE sobre as demais empresas, no período observado. Entretanto, não se pode levar à conclusão de que empresas que adotam práticas de responsabilidade socioambiental apresentem desempenho econômico superior às empresas que não fazem usos dessas práticas.

Mazzioni et al. (2013), fizeram uma pesquisa com o objetivo de comparar o desempenho do Valor Adicionado em empresas de geração e distribuição de energia elétrica que integram o ISE e as demais empresas listadas na BM&FBovespa. Utilizaram as

amostras considerando 143 empresas em 2009; 182, em 2010 e 185, em 2011. Verificaram que as empresas listadas no ISE apresentaram números superiores no montante médio de Valor Adicionado gerado, além de oferecerem pagamentos superiores ao capital próprio. Enquanto, as empresas não participantes do grupo ISE remuneram expressivamente mais os capitais de terceiros.

Oro et al. (2014), analisaram a relação entre os indicadores de capital intelectual de natureza social e ambiental e as variáveis de desempenho econômico financeiro das empresas listadas no ISE, da BM&FBovespa, no período de 2010 e 2011, utilizando uma amostra de 11 empresas de energia elétrica. Conseguiram confirmar que o aumento dos investimentos em capital intelectual social e ambiental apresenta correlação forte e positiva com o desenvolvimento econômico financeiro. Eles justificaram a relação pelo fato de os coeficientes socioambientais serem as únicas matrizes independentes das oscilações de desempenho econômico financeiro e por representarem fatores competitivos importantes.

Beato et al. (2009), analisaram as empresas participantes do ISE de 2006 a 2008, com o objetivo de verificar a composição, a adesão e a rentabilidade dos índices em bolsas de valores, baseando-se no estudo do ISE da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Obtiveram como resultado que a metodologia do ISE/Bovespa abrange três dimensões da Sustentabilidade e que apresenta rentabilidade superior aos índices tradicionais. No entanto, os resultados não indicam associação positiva entre empresas sustentáveis e aquelas com resultados superiores.

Machado et al. (2009), com o objetivo de comparar a rentabilidade média do ISE e a dos demais índices da BOVESPA, analisaram as empresas da carteira ISE no período de 2005 a 2007. Não chegaram à conclusão de que investimentos socialmente responsáveis apresentam maior retorno de investimentos do que as empresas que não adotam postura idêntica, mas obtiveram como resultado que o retorno médio dos índices é semelhante, pois um número relevante de empresas compõe, simultaneamente, mais de um índice.

Portanto, os estudos anteriores mostram uma corroboração de resultados ao analisar a relação entre desenvolvimento sustentável e econômico envolvendo os índices. Apesar de mostrarem não haver confirmação de relação entre as variáveis, nenhum estudo foi capaz de evidenciar o contrário, corroborando com o fato de que as empresas listadas em índices de sustentabilidade, em especial no ISE, apresentem vantagens estratégicas competitivas frente a outras que não os compõe, mesmo que em longo prazo.

3 METODOLOGIA

O método científico utilizado na pesquisa foi o método dedutivo, com fundamento na Teoria da Legitimidade para a análise do Nível de Desempenho Social (NDS) das empresas listadas no ISE 2019 (Gil, 2019; Eugénio, 2010).

Segundo Gil (2019), os métodos técnicos garantem a objetividade e a precisão no estudo de fatos sociais. A pesquisa utiliza os métodos: monográfico, pois trata-se de um estudo profundo de um objeto, e que pode ser representativo de muitos outros que tratam da divulgação das práticas de Responsabilidade Social Corporativa; comparativo, tendo em vista a análise dos desempenhos sociais das empresas e dos setores econômicos em que atuam; e estatístico, por utilizar medidas estatísticas para a análise e a interpretação dos dados.

A pesquisa classifica-se como descritiva, pois apresenta como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, além de relacionar determinados fenômenos. A pesquisa visa descrever o perfil social das empresas listadas na carteira do ISE, em 2019. Quanto à natureza do problema, a pesquisa é qualitativa e quantitativa, visa à compreensão dos significados dos eventos, utilizando-se de estatística descritiva e Análise de Correspondência (ANACOR) (Richardson et al., 2019).

Quanto aos delineamentos, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica representa a discussão de materiais já interpretados e publicados em artigos científicos e livros. A pesquisa documental se diferencia da bibliográfica por se tratar de materiais ainda não abordados analiticamente, da análise de documentos escritos de fonte privada e uso público como é o caso do questionário ISE (Martins & Theóphilo, 2016).

A coleta de dados utilizou-se da técnica de análise de conteúdo nos questionários do ISE coletados no *site* da B3 em ago./2019 (ISE, 2019). O questionário ISE é composto por sete dimensões: Ambiental, Econômico Financeira, Geral, Governança Corporativa, Mudança do Clima, Natureza e Social. O objeto em estudo é a dimensão Social, que se divide em quatro critérios: política, gestão, desempenho e cumprimento legal. Cada critério possui três indicadores.

A análise dos dados utiliza de três técnicas: análise descritiva, evidenciando os resultados do estudo dos indicadores do questionário ISE; estatística descritiva, utilizando medidas estatísticas para o cálculo e a análise do Nível de Desempenho Social (NDS) das empresas; e Análise de Correspondência (ANACOR), para estudar a relação entre as variáveis qualitativas NDS e setor econômico, permitindo a visualização de suas associações, com uso do sistema SPSS 22 (Fávero et al., 2009).

Para a análise do Nível de Desempenho Social (NDS) das empresas listadas no ISE, em 2019, foi utilizado um *check list* com 18 perguntas do questionário ISE, que contemplam as quatro subdimensões e apresentam respostas binárias formatadas nas opções sim ou não. Estas respostas foram codificadas em 1 para as práticas sociais positivas e 0 para as práticas sociais negativas. Foram somados os critérios sociais positivos assumidos por cada empresa e dividido pelo total de questões (18) para identificar o índice NDS de cada empresa.

3.1 Definição da amostra

Em 2019, o ISE possuía uma carteira com 30 companhias participantes de 13 setores da economia, somando R\$ 1,73 trilhão em valor de mercado, o que representa 48,66% do total do valor das companhias com ações negociadas na Bolsa, Brasil, Balcão (B3). As empresas que compunham a carteira do ISE em 2019 foram agrupadas em 4 setores: Bancos (4), Energia (21), Rodovias (13) e Setores Diversos (13), para o estudo.

A população do estudo compreende 30 empresas listadas no ISE, porém apenas 27 fazem parte da amostra, visto que não foram publicados os resultados para a dimensão Social de 3 empresas: Itaúsa, Vale e Fibria. Além das empresas *holding*, outras empresas (24) dos grupos econômicos também responderam os questionários. Portanto, a amostra totaliza 51 empresas.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise descritiva do desempenho social das empresas listadas no ISE em 2019

Sustentabilidade é a capacidade de sustentação de um processo ou sistema. Nas organizações essa sustentação é alcançada por meio do desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade é o resultado da sinergia de três dimensões que precisam estar integradas entre si: a social, a ambiental e a econômica. A social se refere às pessoas e suas condições de vida e trabalho. A ambiental se refere ao meio ambiente, aos recursos naturais e as formas como são utilizados pelas pessoas (sociedade, comunidade ou empresa). A econômica se refere à produção, distribuição e consumo de bens e serviços, que devem ser feitos respeitando os quesitos sociais e ambientais.

O objeto de estudo da pesquisa são as ações das empresas listadas no ISE em 2019, quanto a dimensão social. Os *stakeholders* prioritários são: acionistas e investidores;

colaboradores, incluindo trabalhadores terceirizados, estagiários e aprendizes; fornecedores; governo; consumidores/clientes; e comunidade/sociedade. Os dois primeiros grupos correspondem ao público interno das empresas, enquanto os demais são público externo.

4.1.1 Subdimensão política

A primeira subdimensão a ser analisada nas empresas será a Política, que compreende os processos e os procedimentos que são formalizados em documentos para que a empresa alcance os seus objetivos sociais. É a forma da empresa atestar o compromisso com a comunidade/sociedade.

No questionário ISE, a subdimensão Política possui 3 indicadores que contemplam 2 questões em cada um, as quais são codificadas, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Dimensão social, Subdimensão política, Questionário ISE, Brasil, 2019

Subdimensão	Indicadores	Questões
Política	1. Compromisso com princípios e direitos fundamentais nas relações de trabalho	SOC. 1 e SOC.2
	2. Compromisso com a comunidade	SOC. 3 e SOC.4
	3. Respeito à privacidade, uso da informação e <i>marketing</i>	SOC. 5 e SOC.6

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Sintetizando a análise do Indicador 1, de compromisso com os princípios e os direitos fundamentais nas relações de trabalho, pode-se concluir que em sua maioria as empresas possuem compromisso formal com os temas identificados pelo ISE (Quadro 2), formalizando-os em seus documentos e adotando ações que os contemplem.

Quadro 2 - Temas formalizados pelas empresas listadas no ISE, Brasil, 2019

Temas formalizados
Erradicação do trabalho infantil (TI) e do trabalho forçado ou compulsório (TF).
Combate à prática de discriminação em todas as suas formas (DI) e valorização da diversidade (DV).
Prevenção do assédio moral e do assédio sexual (AS).
Respeito a livre associação sindical e direito à negociação coletiva (LA).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Além disso, utilizam as medidas de processo de ampla divulgação para a disseminação dos temas, buscando incluir as diversas partes interessadas. Entretanto, salienta-se que: a Light não orienta seu compromisso pertinente às relações de trabalho com base nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e apresenta acentuada deficiência na composição de seus documentos; e a Duratex possui essa mesma deficiência na composição de seus documentos e também na ampla divulgação de seus compromissos formais. As empresas priorizam acionistas e investidores (16 empresas), trabalhadores terceirizados (13 empresas), governo (13 empresas) e a sociedade civil organizada (13 empresas) como público das divulgações por meio de promoção de ações, seja de forma plena ou parcial.

Com a análise do Indicador 2 pode-se inferir que o perfil das empresas nesse quesito é bem similar. Todas as empresas possuem políticas que contemplam o tema de relacionamento com a comunidade e às disponibilizam na área de livre acesso do *website* da empresa, com exceção da Light. Destacam-se: a MRV e Telefônica por não adotarem nenhuma das diretrizes de gestão nas suas políticas de relacionamento com a comunidade local; a Light, por não disponibilizar sua política sobre relacionamento com a comunidade local em seu *website*; e o Itaú, por não disponibilizar sua política de ISP em seu *website*.

O Indicador 3, da mesma subdimensão, trata sobre o respeito à privacidade, uso da informação e *marketing*. A análise mostra que a maioria das empresas se comporta de forma semelhante. Da amostra, apenas 2 companhias (MRV e a Duratex) não têm política corporativa visando impedir que sejam utilizadas, de forma não previamente autorizada, as

informações sobre clientes/consumidores ou outras partes com as quais se relaciona no curso de suas atividades usuais ou em seus esforços comerciais, visando preservar a privacidade do cliente/consumidor e do cidadão em geral. As demais, 49 empresas, possuem esse tipo de política e algumas acrescentam orientações. Entretanto, vale destacar que a MRV e a Duratex são as únicas que não possuem política corporativa visando impedir que sejam utilizadas de forma não previamente autorizada as informações sobre cliente/consumidores ou outras partes com as quais se relaciona; e a Itaipú é a única que não possui política de autorregulagem no uso de instrumentos de *marketing* de suas atividades e produtos.

Conclui-se a partir da análise da subdimensão Política que as empresas listadas no ISE apresentam em geral um padrão em relação aos compromissos formais, a adoção de diretrizes e orientações e a comunicação que valoriza o seu relacionamento com as partes interessadas em suas atividades, buscando formalizar os processos. Entretanto, algumas empresas são exceção, com destaque para Itaú, Ligth, Duratex e MRV.

4.1.2 Subdimensão gestão

A subdimensão Gestão, que também possui 3 indicadores, contém questões de acordo com o Quadro 3, que compreende a aplicabilidade das políticas para as quais as empresas possuem compromisso formal, conforme subdimensão Política, através de processos e procedimentos.

Quadro 3 - Dimensão social, Subdimensão gestão, Questionário ISE, Brasil, 2019

Subdimensões	Indicadores	Questões
Gestão	4. Aplicação dos compromissos com princípios e direitos fundamentais nas relações de trabalho	SOC.7 a SOC.17
	5. Relação com a comunidade	SOC.18 a SOC.21
	6. Relação com clientes e consumidores	SOC.22

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quanto à aplicação do indicador 4, pode-se concluir que dos temas de responsabilidade (Quadro 4) das empresas listadas no ISE, alguns se destacaram, tais como: erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado ou compulsório, e de prevenção do assédio moral e do assédio sexual. Já o tema em que as empresas menos investiram foi o de promover a equidade de tratamento e condições de trabalho entre empregados e trabalhadores terceirizados.

Quadro 4 - Temas de responsabilidade das empresas listadas no ISE, 2019

Temas
Erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado ou compulsório.
Combate a prática de discriminação em todas as suas formas e valorização da diversidade.
Prevenção do assédio moral e do assédio sexual.
Respeito a livre associação sindical e direito à negociação coletiva.
Assegurar os direitos trabalhistas de funcionários diretos e trabalhadores terceirizados.
Prover o acesso dos funcionários, diretos e trabalhadores terceirizados, a atividades de educação e desenvolvimento, visando ampliar sua competência, empregabilidade e evolução pessoal ou profissional.
Promover a equidade de tratamento e condições de trabalho entre funcionários e trabalhadores terceirizados.
Praticar o diálogo com o público interno, incluindo funcionários diretos e trabalhadores terceirizados, acolhendo, registrando, respondendo e esclarecendo todas suas críticas e sugestões, atendendo-as quando cabível.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quanto às ações afirmativas de inclusão de grupos minoritários, o destaque foi para o grupo de pessoas com deficiência, com 44 companhias que possuem ações afirmativas. Quanto à população indígena, só é incluída em 2 empresas.

Visando a redução das desigualdades salariais entre os empregados, 15 empresas (Santander, Itaú, AES Tiete, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão, Eletropaulo, MRV, Duratex, Braskem, Natura, B2W, Lojas Americanas, Cielo, Lojas Renner e Telefônica) não adotam nenhuma das medidas listadas pelo ISE, destacando-se negativamente o segmento de Setores Diversos. As demais, 36 empresas, adotam pelo menos uma das medidas indicadas no questionário do ISE.

A análise do Indicador 4 conclui que a carteira do ISE é referência quanto ao respeito aos acordos e negociações coletivas firmadas com organizações representativas dos trabalhadores.

De acordo com o indicador 5, na relação com a comunidade, apenas 20 companhias alegam não produzirem impactos negativos significativos sobre a comunidade local ao exercerem suas operações. As demais, 31 empresas, assumiram produzir esse tipo de impacto. Destaca-se que 48,4% das empresas que produzem impactos negativos para a comunidade são do segmento de Energia, enquanto 41,9% são do segmento de Rodovias e apenas 9,7% são do segmento Diversos.

O ato de assegurar à comunidade o acesso às informações sobre a atuação da empresa, seus impactos e quaisquer outros aspectos que possam ter efeito sobre a mesma com o objetivo de preparar as partes interessadas para o diálogo, é a ação mais praticada pelas empresas (30). Por outro lado, o mapeamento dos impactos negativos e as análises de risco para definir as prioridades estratégicas pela cadeia de valor só é realizado por 6 empresas.

Sobre os Investimentos Sociais Privados (ISP) das empresas que possuem a iniciativa, apenas seis (6) (Porto do Pecém Geração de Energia, Centrais Elétricas do Norte Brasil, Companhia de Geração Térmica de Energia, Eletrobrás Termonuclear, Itaipu e MRV) não os realizam com recursos disponibilizados por meio de incentivo fiscais. As demais empresas (44) que realizam ISP com recursos disponibilizados por meio de incentivos fiscais, adotam medidas para evitar que sua comunicação sobre o investimento realizado com recursos de incentivo fiscal (renúncia fiscal) seja compreendida pelo público como investimentos realizados com recursos próprios.

Analisando-se o Indicador 6, a relação com clientes e consumidores, constata-se que a maioria das empresas (31) dirigem seus produtos e serviços predominantemente para pessoas físicas (consumidores finais). As demais (20), os destinam a outras empresas, que os utilizam em processos produtivos. Deve-se destacar que destas 20, 15 são do segmento de energia.

As empresas que têm pessoas físicas como principais consumidores/clientes, apenas oito (8) não orientam seus profissionais de *marketing* e negócios quanto aos temas relacionados à valorização da diversidade de gênero, raça/cor e sexual. A finalidade dessa orientação, que é feita por 23 empresas, é que todos sejam respeitados em ações de comunicação, propaganda e nos demais materiais da empresa.

Quanto à acessibilidade, apenas 2, a MRV e a B2W, ofertam seus produtos e/ou serviços em locais cuja estrutura não está de acordo com as normas prescritas nas leis e normativos. Nas demais (29), existe o atendimento a essas normas, mesmo que em 16 destas empresas o atendimento das normas seja apenas parcial, e em 13, o atendimento seja total.

Em relação às campanhas que visam promover a educação para a sustentabilidade de consumidores, apenas em 6 empresas (Bradesco, Santander, Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo, MRV, B2W e Lojas Americanas), não há a participação de entidades representativas de consumidores e/ou especializadas no tema em questão. Nas demais, 25 companhias, há essa participação representativa ou especializada.

A análise do Indicador 6 indica que independentemente do público consumidor/clientes de cada empresa, é importante a adoção de práticas de respeito a privacidade e uso consentido das informações, de práticas que visem atender a demanda dos consumidores e, além disso, a pesquisa de satisfação para saber da qualidade do produto ou serviço oferecido. Apesar do comportamento semelhante das empresas, Bradesco, MRV, B2W e Lojas Americanas apresentam peculiaridades. Estas companhias não promovem a participação de entidades representativas de consumidores e/ou especializadas em campanhas que visam promover a educação para a sustentabilidade de consumidores; e não promovem a participação regular de seus grupos de consumidores ou entidades que representem no processo de avaliação dos impactos sociais de seus produtos e/ou serviços. Além disso, é válido salientar que a MRV e a B2W são as únicas que ofertam seus produtos e/ou serviços em locais cuja estrutura não está de acordo com as normas de acessibilidade presentes nas prescrições legais e normativas.

Da análise da subdimensão Gestão destaca-se o comportamento positivo das empresas listadas no ISE frente às políticas e os processos/procedimentos que visem aperfeiçoar o relacionamento das empresas com a comunidade, com os seus principais clientes/consumidores, os seus colaboradores, e as organizações representativas destes, valorizando a diversidade de seus diferentes públicos.

4.1.3 Subdimensão desempenho

A subdimensão Desempenho, também possui 3 indicadores, conforme Quadro 5. É a subdimensão de mensuração, que visa analisar a eficiência dos processos e dos procedimentos referentes às políticas com as quais as empresas possuem compromisso formal para identificar as melhorias.

Quadro 5 - Dimensão social, Subdimensão desempenho, Questionário ISE, Brasil, 2019

Subdimensões	Indicadores	Questões
Desempenho	7. Diversidade e equidade	SOC.23 a SOC.27
	8. Gestão de fornecedores	SOC.28 a SOC.30
	9. Resolução de demandas de clientes e consumidores	SOC.31

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A análise do Indicador 7, concluiu que as empresas precisam aprimorar os quesitos empregabilidade e equiparação salarial de grupos minoritários, em destaque os de mulheres e negros, e ainda existe grande diferença entre o maior salário e a média salarial dos demais empregados, o que indica uma concentração de renda. Quanto à maximização do benefício social dos contratos de aprendizagem, as práticas estão bem estruturadas e representadas.

A análise do Indicador 8, gestão de fornecedores (SOC.28 a SOC.30), aponta que todas as empresas listadas no ISE mantêm práticas de gestão de seus fornecedores que viabilizam a identificação e o acompanhamento de fornecedores críticos, do ponto de vista da sustentabilidade. Além disso, apenas as empresas: Banco do Brasil, Bandeirantes Energia, EDP, Espírito Santo Centrais Elétricas, Porto do Pecém Geração de Energia e Cielo possuem monitoramento e auditoria externa para mais de 75% dos seus fornecedores, considerando todos os temas de direitos humanos listados pelo ISE. Os temas mais exigidos pelas companhias aos seus fornecedores são os de trabalho infantil e trabalho forçado ou compulsório.

A análise do indicador 9 concluiu que as empresas possuem bom desempenho em relação à resolução de demandas de clientes e consumidores, apresentando baixo percentual de reclamação quando comparado à quantidade de atendimentos e alto percentual de resolução de problemas no prazo de 5 dias úteis.

Pode-se concluir com a análise da subdimensão Desempenho que em relação à diversidade e à equidade, ainda são necessários avanços na empregabilidade de grupos

minoritários e na equidade de remuneração dos colaboradores, além de maior aderência às práticas que visam implementar um modelo de licença parental e maximizar o benefício social dos contratos de aprendizagem. Em termos da gestão de fornecedores é notória a participação de fornecedores críticos em atividades das companhias e é importante frisar a atenção que as empresas dão às práticas dos seus fornecedores em termos de direitos humanos. Destaca-se a boa relação das empresas com seus clientes e consumidores, visto que possuem amplos canais de comunicação, além de se empenharem em um atendimento de qualidade, buscando resolver eventuais problemas e reclamações que possam surgir.

4.1.4 Subdimensão cumprimento legal

A quarta subdimensão, Cumprimento Legal, também possui 3 indicadores (Quadro 6) e trata das práticas de processos e procedimentos que gerem resultados para a empresa, e estejam de acordo com o cumprimento de leis e normas específicas.

Quadro 6 - Dimensão social, Subdimensão cumprimento legal, Questionário ISE, Brasil, 2019

Subdimensões	Indicadores	Questões
Cumprimento Legal	10. Público interno	SOC.32 e SOC.33
	11. Clientes e consumidores	SOC.34
	12. Sociedade	SOC.35 a SOC.38

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A análise do indicador 10 evidencia que, as companhias não têm tanto respeito à legislação relativa à contratação de pessoas com deficiência. Quanto à legislação em relação à contratação de aprendizes é um ponto positivo, pois é encontrado em aproximadamente 70% da amostra. É importante destacar que 5 empresas não cumprem com nenhuma das duas legislações tratadas: Bandeirante Energia, Amazonas G&T, Centrais Elétricas do Norte, Ecocataratas e Fleury.

Ao examinar o indicador 11 conclui-se que em relação aos processos judiciais e administrativos decorrentes dos relacionamentos das companhias com os seus consumidores, aquelas empresas que possuem outras empresas como clientes/consumidores apresentam proporcionalmente menos processos do que aquelas que têm pessoas físicas como cliente/consumidores.

Pode-se concluir com a análise do indicador 12, que em relação ao trabalho forçado ou compulsório e /ou trabalho infantil as empresas estão mais comprometidas legalmente do que em relação ao assédio moral e sexual e/ou discriminação.

Finaliza-se a análise da última subdimensão concluindo que as empresas precisam ter maior adesão aos critérios legais de contratação e à quantidade de processos judiciais e administrativos. O critério legal com maior adesão é em relação ao trabalho forçado ou compulsório e /ou trabalho infantil, já que apenas 2 empresas possuem processos em relação a esse tema. O resultado evidencia que as empresas procuram alinhar-se ao comportamento padrão em relação às práticas de Responsabilidade Social e com interesse em compor a carteira do ISE.

4.2 Análise do nível de desempenho social das empresas listadas no ISE em 2019

A análise do Nível de Desempenho Social (NDS) apresenta na estatística descritiva a média de 0,8551, conforme Tabela 1. Na classificação da amostra, 24 empresas ficaram acima da média (4 pertencem ao segmento bancos, 4 ao segmento de energia, 12 ao segmento de rodovias, e 4 ao segmento diversos), enquanto 27 ficaram abaixo.

Para a Análise de Correspondência foi utilizada como referência para classificar o NDS a mediana (0,8333). A partir do cálculo dos percentis foi-se atribuído à variável Nível de Desempenho Social (NDS) 3 graus, de acordo com as seguintes categorias enquadradas

conforme o intervalo de dados divididos pelos quartis: NDS do valor 0,6666 até 0,7777, grau 1 (baixo); acima de 0,7777 até o valor de 0,8333, grau 2 (médio); acima de 0,8333 até 1,0000, grau 3 (alto).

Destacam-se três empresas que apresentaram o maior NDS, adotando práticas sociais positivas para todos os temas: Bandeirante Energia, Espírito Santo Centrais Elétricas e Concessionária Ecovias dos Imigrantes. Enquanto 2, empresas possuem valor bem inferior às demais: Itaipú e Amazonas G&T.

Tabela 1 - Medidas estatísticas do nível de desempenho social das empresas, ISE, Brasil, 2019

Medidas estatísticas		Estatística	Erro padrão
Média		0,8551	0,0123
95% de confiança para a média	Limite inferior	0,8303	
	Limite superior	0,8799	
Mediana		0,8333	
Desvio padrão		0,0882	
Mínimo		0,6111	
Máximo		1,0000	
Mediana		0,8333	

Fonte: SPSS 22.

A Análise de Correspondência (ANACOR) por setor resultou no Qui-quadrado $\chi^2 = 0,0000 < 0,05$ para as variáveis Níveis de Desempenho Social e setor econômico, o que comprova a relação entre as variáveis e padroniza as frequências, formando a base para as associações. Portanto, pode-se concluir que as 4 empresas do setor Bancos (4 empresas) possuem alto Nível de Desempenho Social, destacando-se o Banco do Brasil com o segundo melhor nível de desempenho. É importante ressaltar que não há equilíbrio entre o número de empresas em cada segmento econômico.

Quanto ao setor de Energia (21 empresas), apresentou o menor NDS, visto que apenas 4 empresas apresentam nível alto, enquanto 6 apresentam nível médio e 11 apresentam nível baixo. No entanto, neste setor encontram-se as 3 empresas com maiores níveis de desempenho (Bandeirante Energia, Espírito Santo Centrais Elétricas e Eletropaulo), e as 4 com menor nível de desempenho: Itaipú, Amazonas G&T, Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica e Eletrobrás Termonuclear.

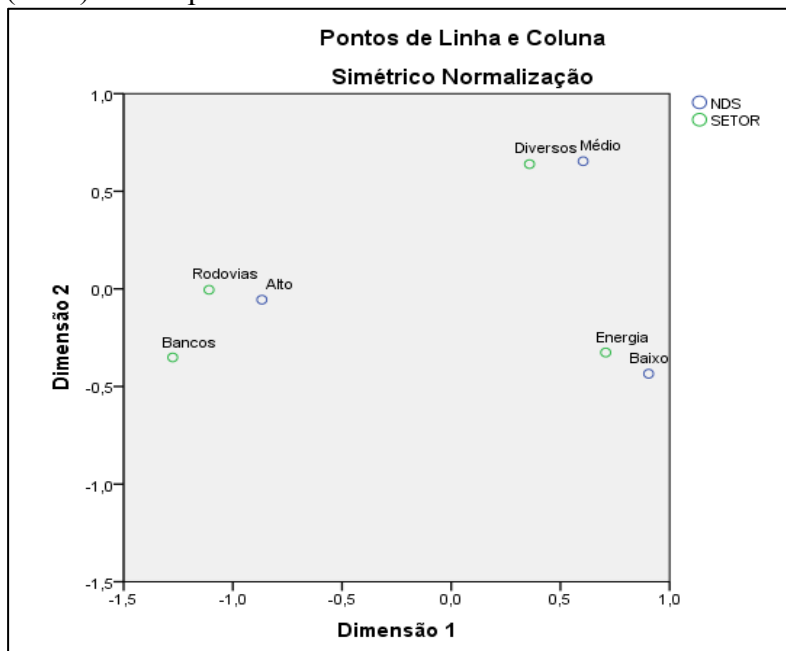
O setor de Rodovias (13 empresas) apresenta 12 empresas em nível alto e apenas 1 em nível médio. Ressalta-se ainda, estar incluído neste setor a empresa com nível mais alto de desempenho social, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes, obedecendo todos os requisitos de práticas sociais positivas.

Enquanto, o setor Diversos (13 empresas), tem um resultado equilibrado, apesar da diversidade, apresentando 4 empresas em nível alto, 5 em nível médio e 4 em nível baixo. Porém, é importante destacar que as Lojas Americanas é umas das empresas que possui NDS mais baixo.

Por fim, a análise geral sugere que 24 empresas (47%) possuem Nível de Desempenho Social alto, 12 (24%) nível médio e 15 (29%) nível baixo. O número de empresas que possui nível baixo ainda é maior que as que possuem nível médio. Além disso, somando-se as empresas que possuem nível médio e baixo (27) é maior que o número de empresas que possuem nível alto (24). Conclui-se que, apesar das empresas listadas no ISE serem referência para o mercado, ainda têm que aprimorar a gestão da dimensão social.

O resultado da ANACOR no mapa perceptual destaca graficamente os setores Bancos e Rodovias como nível alto, Diversos como nível médio e Energia como nível baixo, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 – Mapa perceptual para visualização da relação da variável Setor e da variável Nível de Desempenho Social (NDS) das empresas listadas no ISE em 2019



Fonte: SPSS 22.

A análise dos resultados das três técnicas empregadas na pesquisa confirma as empresas que se destacaram positivamente ou negativamente no desempenho social.

5 CONCLUSÕES

A partir da revisão de literatura realizada nesta pesquisa, verificou-se a importância das práticas de Responsabilidade Social (RS) e das suas formas de mensuração no contexto atual no ambiente corporativo. A Teoria da Legitimidade permite a percepção da relevância que os *stakeholders* atribuem às empresas que possuem a RS como estratégia empresarial, apesar de não haver cientificamente, em estudos anteriores, comprovação da relação entre o desempenho econômico e o desempenho sustentável, sendo estas práticas de grande importância para a reputação corporativa das empresas e, conseqüentemente, para a geração de valor para os seus *stakeholders* prioritários. Além disso, a utilidade e a importância dos índices das bolsas de valores são crescentes no mercado de capitais, destacando-se o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) no Brasil, para a tomada de decisão de investidores e demais partes interessadas.

O desempenho social das empresas listadas no ISE foi analisado qualitativamente em quatro subdimensões do questionário: política, gestão, desempenho e cumprimento legal. Na primeira, foi constatado que as empresas apresentam um comportamento padrão em relação aos compromissos formais, à adoção de diretrizes e orientações e a comunicação que valoriza o seu relacionamento com as partes interessadas em suas atividades, buscando formalizar os processos. No entanto, existem empresas que precisam se aprimorar: Itaú, Ligth, Duratex e MRV.

Na segunda, Gestão, destaca-se o comportamento positivo das empresas listadas no ISE frente às políticas e os processos/procedimentos que visem aperfeiçoar o relacionamento das empresas com a comunidade, com os seus principais

clientes/consumidores, os seus colaboradores, e as organizações representativas destes, valorizando a diversidade de seus diferentes públicos.

Na terceira subdimensão, o foco é no Desempenho em relação à diversidade e à equidade. Os resultados mostram que ainda são necessários avanços na empregabilidade de grupos minoritários e na equidade de remuneração dos colaboradores, além de maior aderência às práticas que visam implementar um modelo de licença parental e maximizar o benefício social dos contratos de aprendizagem. Na gestão de fornecedores é notória a participação de fornecedores críticos em atividades das companhias e é importante frisar a atenção que as empresas dão às práticas dos seus fornecedores em termos de direitos.

Na última subdimensão, cumprimento legal, constata-se que as empresas precisam ter maior adesão aos critérios legais de contratação e à quantidade de processos judiciais e administrativos. O critério legal com maior adesão é em relação ao trabalho forçado ou compulsório e /ou trabalho infantil.

A relevância da RS no mercado de capitais no Brasil é confirmada pelo esforço realizado pelas empresas brasileiras para participar do ISE. Analisando o desempenho da dimensão social das empresas que compõem a carteira ISE 2019 por meio do questionário, concluiu-se que o Nível de Desempenho Social das empresas da amostra se classifica em: 24 empresas com NDS alto, 12 com nível médio e 15 com nível baixo, confirmando a necessidade de aprimoramento da dimensão social das empresas listadas no ISE, haja vista que a carteira do ISE é referência para o mercado.

A principal limitação do estudo foi a alteração no questionário ISE do ano de 2018 para o ano de 2019, que impossibilitou o estudo comparativo das práticas sociais das empresas que compuseram o ISE nestes dois exercícios.

Para pesquisas futuras, sugere-se o estudo de outras dimensões do questionário ISE, visando traçar um perfil de práticas de responsabilidade socioambiental para empresas que pretendem ser referência no tema Sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- AMBROZINI, L. (2017). Pressões internas e externas na utilização de padrões de divulgação de informações socioambientais amplamente aceitos: uma análise sobre estrutura de governança corporativa, ambiente institucional e a perspectiva de legitimação. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, 14(31), p. 03-25.
- BARAKAT, S. et al. (2016). Associação entre desempenho econômico e índice de sustentabilidade empresarial da bolsa de valores de São Paulo. **Gestão e Regionalidade**, 32(95), p. 127-142.
- BEATO, R.; SOUZA, M.; PARISOTTO, I. (2009). Rentabilidade dos índices de sustentabilidade empresarial em bolsas de valores: um estudo do ISE/Bovespa. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, 6(3), p. 108-127.
- CARDOSO, V. (2013). **Reputação corporativa sob a ótica da sustentabilidade e desempenho superior e persistente de empresas de capital aberto**. Dissertação (Mestrado em Ciências Administração e Controladoria) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.
- CARROLL, A. (1991). The pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. **Business Horizons**, 34(4), p. 39-48.
- CARROLL, A. (1979). A three-dimensional conceptual model of Corporate Performance. **The Academy of Management Review**, 4(4), p. 497-505.
- CARROLL, A.; SHABANA, K. CARROLL, A. (2010). The Business Case for Corporate Social Responsibility: A Review of Concepts, Research and Practice. **International Journal of Management Reviews**, 12(1), p. 85-105.

CHRISTMANN, P. (2000). Effects of “best practices” of environmental management on cost advantage: the role of complementary assets. **Academy of Management Journal**, 43(4), p. 663-680.

DEGENHART, L.; MAZZUCO, M.; KLANN, R. (2017). Relevância das informações contábeis e a responsabilidade social corporativa de empresas brasileiras. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, 14(3), p. 157-168.

DI DOMENICO, D. et al. (2015). Práticas de responsabilidade socioambiental nas empresas de capital aberto de Santa Catarina listadas na BM&FBovespa. **Revista Catarinense de Ciência Contábil**, 14(42), p. 70-84.

EUGÊNIO, T. (2010). Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a Teoria da Legitimidade. **Revista Universo Contábil**, 6(1), p. 102-118.

FÁVERO, Luiz Paulo, et al. (2009). **Análise de Dados: Modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier.

FRIEDMAN, M.. "The Social Responsibility of Business Is to Increase its Profits," **New York Times**, v. 13, p. 122-126, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (Ibase). (2008) **Balço social**. O desafio da transparência. Rio de Janeiro, Ibase.

INSTITUTO ETHOS. (2007) **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**. São Paulo, Instituto Ethos.

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE). **Sobre: Carteiras e Questionários**. Disponível em: <<http://iseb3.com.br/carteiras-e-questionarios-1>>. Acesso em: 22 de agosto 2019.

GIL, Antônio Carlos. (2019) **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7.ed. São Paulo: Atlas/GEN.

KING, A. A.; LENOX, M. J. (2001). Does it really pay to be green? An empirical study of firm environment a land financial performance. **Journal of Industrial Ecology**, 5(1), p. 105-116.

MACÊDO, J. et al. (2011). Responsabilidade social e reputação corporativa: uma investigação sobre a percepção dos stakeholders numa concessionária de energia elétrica nordestina. **Revista de Contabilidade e Organizações**, 5(11), p. 69-86.

MACHADO, M. R.; MACHADO, M. A. V.; CORRAR, L. J. (2009). Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo. **Universo Contábil**, 5(2), p. 24-38.

MARCONDES, Adalberto Wodianer; BACARJI, Celso Dobes. (2010). **ISE: Sustentabilidade no mercado de capitais**. 1. ed. São Paulo: Report Editora.

MARTINS, Gilberto de Andrade.; THEÓPHILO, Carlos Renato. (2016). **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3 ed. São Paulo: Atlas.

MAZZIONI, S. et al. (2013). Análise dos indicadores de valor adicionado das empresas participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e das demais empresas listadas na BM&FBovespa. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, 11(2), p. 159-180.

ORO, I. M. et al. (2014). Relação do capital intelectual de natureza social e ambiental com o desempenho econômico-financeiro do segmento de energia elétrica brasileiro. **Revista de Administração da UFSM**, 7, p. 59-74.

RICHARDSON, Roberto Jerry. et al. (2019). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4 ed. Rev. Atual. E. Ampl. São Paulo: Atlas/GEN.

SANTOS, E. (2003). Responsabilidade social ou filantropia? **Revista Técnica da Sanepar**, 20(20), p. 18-27.